

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO
BÁSICA: INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO DO
CAMPO E EJA****PEDAGOGIC PRACTICES IN BASIC
EDUCATION: INTERFACES BETWEEN FIELD
EDUCATION AND EJA**

Pedro Júlio Almeida Neto¹ /
Lia Maria Teixeira de Oliveira² / Ramofly Bicalho^{2,*}

INTRODUÇÃO

Ao observar os sujeitos do campo e sua diversidade de identitária, podemos afirmar que a imersão na particularidade daqueles com quem se pretende atuar é mais que necessária. Caldart (2002, p. 30) nos alerta sobre essas diferenças e os diferentes mundos que encontramos nos territórios rurais, dessa forma é preciso mergulhar no cotidiano dos alunos e alunas na busca por formas pedagógicas diversas, pautadas no diálogo (FREIRE, 1987, p. 47) e no respeito às diferenças.

Quando se fala que a Educação do Campo ao extrair as “lições de pedagogia das lutas sociais” (CALDART, 2002, p. 33) pode-se afirmar que o processo educacional que se quer propor é aquele baseado nas lutas dos povos do campo que podem ser usadas como conteúdos, que contribuirão não só para questão de aprendizagem dos componentes curriculares, mas principalmente para o aprendizado da vida. O cotidiano da vida do povo do campo é cercado de lutas, místicas, processos formativos que se dão de forma orgânica e interdisciplinar (BICALHO, 2017).

[...] compreendendo que há uma dimensão educativa na relação do ser humano com a terra: terra de cultivo da vida, terra de luta, terra ambiente, planeta. A educação do campo é intencionalidade de educar e reeducar o povo que vive no campo na sabedoria de se ver como “guardião da terra”, e não apenas como seu proprietário ou quem trabalha nela (CALDART, 2002, p. 33).

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo discutir a interface entre a Educação de Jovens e Adultos - EJA e Educação do Campo e a importância do desenvolvimento de uma prática pedagógica baseada na perspectiva interdisciplinar. As modalidades em questão possuem suas particularidades e formas de existir num cenário nacional onde a educação tem sido secundarizada pelo poder público em todas as esferas. Em relação às questões metodológicas, na primeira parte há a discussão sobre as formas de resistência e lutas pelo reconhecimento que as modalidades têm desenvolvido na busca pela garantia de seus direitos institucionalizados. A segunda parte trata da importância da ação interdisciplinar na formação docente e discente voltados para a realidade dos sujeitos da EJA e Educação do Campo. Em seu terceiro tópico, a pesquisa revelou alguns resultados relacionados à importância da Educação Libertadora como ferramenta de sobrevivência, principalmente para os sujeitos da EJA e Educação do Campo.

Palavras-chave: EJA. Educação do Campo. Interdisciplinaridade Educação Libertadora.

ABSTRACT

The main objective of this work is to discuss the interface between Youth and Adult Education - EJA and Rural Education and the importance of developing a pedagogical practice based on an interdisciplinary perspective. The modalities in question have their particularities and ways of existing in a national scenario where education has been sidelined by the public power in all spheres. Regarding methodological issues, in the first part there is a discussion about the forms of resistance and struggles for recognition that the modalities have developed in the search for the guarantee of their institutionalized rights. The second part deals with the importance of interdisciplinary action in teacher and student training focused on the reality of the subjects of EJA and Rural Education. In its third topic, the research revealed some results related to the importance of Liberating Education as a survival tool, especially for the subjects of EJA and Rural Education.

Keywords: EJA. Countryside Education. Interdisciplinarity. Liberating Education.

Submetido em: 02 de nov. 2022

Aceito em: 26 de jan. 2023

¹Rede Municipal de Educação, Belford Roxo, RJ - Brasil.

²Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, RJ – Brasil

*E-mail para correspondência: ramofly@gmail.com

Dessa forma, perceber a escola não como um lugar só de estudo, mas sim de formação humana se faz necessário para que possamos, de fato, nesse espaço, contribuirmos com a educação emancipadora e a partir das ações pedagógicas, desenvolver meios para que a formação, tanto docente quanto discente, atenda a pluralidade presente no espaço escolar. Um desafio que esbarra em diversas questões, como por exemplo, o não reconhecimento da diversidade rural em espaços determinados urbanos pela lógica estrutural sistemática.

Uma forma de contribuir para a realidade da formação, de quem forma e de quem é formado, respaldada nas falas supracitadas, é apoiar a construção do saber dentro das perspectivas reais da vida cotidiana de quem busca aprender. A realidade atrelada aos conteúdos didáticos nos ajuda a conceber uma teia de saber (MORIN, 2003, p.16) que se aproveitada como base para adequação e aprendizado dos conteúdos vai transformar o que se aprende em ferramenta para o uso na prática social e em seu cotidiano.

A perspectiva interdisciplinar, presente na Educação do Campo, pode ser importante na realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois ao trabalhar com essa modalidade é preciso planejar e pesquisar formas diferenciadas para alcançar os diferentes indivíduos que entram nas salas de aula na busca de respostas, direcionamentos, qualidade de vida entre outras particularidades (ARROYO, 2007, p.10).

Pensar e agir de forma interdisciplinar é mais que uma ação é uma “tomada de posição frente ao que se quer aprender”, isto é, uma atitude interdisciplinar (FAZENDA, 2008, p.66) que nos move e nos permite, dentro da realidade, estabelecer conhecimentos de forma individual e coletiva. Ao conceber para a realidade de nossas escolas práticas interdisciplinares estamos trazendo o processo do saber pra mais perto de nós, de nossos alunos, professores, fazendo da busca dele um ato de “comunhão (FREIRE, 1987, p.79) rumo a construção de uma educação mais libertadora.

Analisando as particularidades da EJA e da Educação do Campo, foi possível desenvolver os tópicos a seguir. O primeiro traz em sua composição as formas de resistência que os sujeitos envolvidos direta e indiretamente com as modalidades em questão desenvolvem para que sejam garantidos os direitos e também sejam denunciadas as mazelas a que estão submetidas, visto o descaso e ausência do poder público. Nessa parte traremos os atores que compõem os cenários dessa luta que conta com o braço dos movimentos sociais, leis e diretrizes que organizam e orientam o funcionamento dessas modalidades.

Na segunda parte há a presente argumentação acerca da importância da ação interdisciplinar na formação docente e discente dos jovens e adultos e dos sujeitos do campo. A interdisciplinaridade propicia a interação entre o cotidiano e o ambiente escolar, proporcionando o entrecruzar dessas realidades que atualmente se dividem. Pensar em uma educação que promova a “derrubada dos muros” entre a escola e a vida cotidiana é importante e a partir da perspectiva interdisciplinar pode ser possível aproveitar a vivência dos alunos e alunas dentro do espaço escolar junto aos conteúdos curriculares.

A partir da discussão em relação à prática de uma educação que não se preocupe com adequação de conteúdos, mas pela busca por um processo pedagógico que faça sentido na vida prática dos e das estudantes, não podemos deixar de trazer a ação dialógica como uma ferramenta eficaz para a construção de uma educação mais humana e crítica. Com a união entre a perspectiva interdisciplinar, ação dialógica e o planejamento participativo, levando em consideração aquilo que vem dos alunos e alunas, pode ser possível a construção de uma realidade educacional voltada para a realidade de todas e todos os envolvidos no processo de educação, dissolvendo a “membrana” entre vida dentro e fora da escola.

Ao final, no último tópico, há uma breve discussão relacionada à educação como ferramenta de sobrevivência, isto é, como a educação pode auxiliar na formação de sujeitos despertando a consciência livre, que os farão capazes de utilizar os conceitos e conteúdos escolares na vida prática de forma funcional, ou seja, uma educação que possibilite a libertação social, política e histórica, que dê bases para que os sujeitos possam atuar de forma crítica e ativa junto aos seus pares.

A Educação Libertadora é uma ferramenta que pode ser usada na desconstrução das estruturas do sistema construído a partir de uma pedagogia bancária, sustentada pela desigualdade social e que promove a hierarquia entre a classe popular e a elite. Partindo da ação dialógica, é possível a reflexão da realidade em coletividade e desse modo a educação libertadora contribui para trazer os sujeitos, seja do campo ou da cidade, jovem ou adulto, para uma ação de protagonismo dentro dos espaços em que esses atores estejam inseridos.

Trazer a educação libertadora como prática pedagógica nos dias de hoje, em que está ocorrendo uma revisão de paradigmas é necessário, é um ato de resistência, pois esse tipo de educação pode proporcionar uma severa mudança na esfera educacional vigente, algo que só será possível através do envolvimento do povo e valorização da realidade de todas e todos. A EJA e a Educação do Campo são modalidades interdependentes que se completam ao mesmo tempo em que possuem suas particularidades. Os elementos presentes em uma podem auxiliar no processo pedagógico da outra, como por exemplo, a Pedagogia da Alternância que valoriza o tempo escola e usa os conteúdos escolares para a prática do trabalho, unindo prática escolar e trabalho cotidiano, aproveitando a diversidade dos espaços para o desenvolvimento da aprendizagem. A educação pautada na perspectiva interdisciplinar pode gerar transformações reais na vida daqueles que estão diretamente envolvidos com o processo educacional e nos dá base para “ler o mundo” de forma mais significativa.

1. Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo: modalidades em constantes lutas por reconhecimento

Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo, duas modalidades que passam por constantes ataques relacionados ao seu reconhecimento e também a sua manutenção. Essas modalidades, apesar de terem seu amparo legal a partir dos Pareceres e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), constantemente são alvos da má gestão e do descaso dos governantes (LUTHER; GERHARDT, 2018).

Atualmente estamos passando por um intenso fechamento das escolas de EJA e do Campo, bem como, o encerramento de órgãos que defendiam os interesses e garantiam o fomento de verbas e programas para essas modalidades educacionais, como o fechamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Não bastasse o não reconhecimento de alguns territórios como áreas diferenciadas do modelo urbano, temos presente nas escolas a reprodução de ações pedagógicas que ocorrem no Ensino Fundamental, na zona urbana, com crianças e adolescentes, em unidades que oferecem tanto Educação do Campo, quanto EJA (SERRA; VENTURA; ALVARENGA; RENGUERA, 2019).

No Rio de Janeiro, por exemplo, as escolas que atendem a EJA têm recebido muitos alunos oriundos do ensino fundamental, na faixa etária de 15 anos, que vivem um período de escolarização muito longo na mesma série e ao completar essa idade são compulsoriamente matriculados na modalidade em questão. Esse fenômeno é chamado de

Juvenilização da EJA, algo que tem descaracterizado esse tipo de ensino, além de tratá-lo como uma forma de correção de fluxo (LEMOS, 2017).

Há diferenças evidentes em projetos de correção do fluxo escolar, projetos direcionados para a especificidade do público juvenil e a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino. Ao direcionar os jovens a partir de 15 anos para a EJA, sem que suas trajetórias, desejos e anseios sejam levados em conta, descaracteriza-se a própria EJA, tratando-a como mais um dos projetos de aceleração (LEMOS, 2017, p. 68).

É importante e necessário que, tanto a EJA, quanto a Educação do Campo, seja reconhecida e valorizada cada uma com sua particularidade e atendendo o seu objetivo específico. A falta desse reconhecimento faz com que elas continuem sendo tratadas como reprodução de um ensino voltado para a lógica sistemática vigente, servindo como meio de adaptação de conteúdos para aqueles que recorrem a elas e/ou aceleração da escolaridade. O Parecer CNE/CEB nº 6/2020, em sua recente alteração, nos afirma que a EJA precisa “ser prioridade dos sistemas de ensino”.

[...] desenvolvida a partir de ações articuladas e parcerias com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Sociedade Civil, promovendo pactos de colaboração entre dirigentes nas propostas de manutenção e ampliação. Cumpre ressaltar também a ampla política de regulamentação e acompanhamento de implantação da EJA, pelos Conselhos de Educação Estaduais, Distrital e Municipais, quanto às condições de oferta, formação de professores, materiais adequados e exames próprios (p.2).

No texto das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (PARECER Nº:36/2001), vemos as Orientações relacionadas a responsabilidade dos sistemas de ensino ao garantir o funcionamento da modalidade em questão. Nele está evidenciado o direito que todos e todas as pessoas inseridas no contexto das Escolas do Campo devem ter. Faz referência ao artigo 28 da LDB 9396/96, onde é falado sobre a necessidade de adequação dos conteúdos à realidade do campo e diz também que a responsabilidade em desenvolver subsídios para o desenvolvimento de propostas pedagógicas envolve desde os movimentos sociais, pessoas das comunidades no entorno das unidades escolares até o Ministério da Educação (MEC).

O que temos visto é o enorme descaso em relação à manutenção e garantia de funcionamento das Escolas do Campo e de EJA. A falta do cumprimento e também da criação de políticas públicas eficazes faz com que fiquemos de mãos atadas diante do cenário de sucateamento no qual a educação brasileira se afunda. Desde a homologação da Base Nacional Comum Curricular ao final de 2017, foi possível perceber o descaso com algumas modalidades, nesse caso, em relação às modalidades supracitadas, a partir da ausência delas no documento.

Ao priorizar as modalidades da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com crianças e adolescentes, como ocorre dentro do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), podemos perceber que para as outras modalidades só restam o velho discurso de adequação presentes nos documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96 (em seu artigo 28).

A luta pelo reconhecimento da importância da Educação do Campo e da EJA se estende por alguns anos, desde o final do século passado até os dias de hoje. Os movimentos sociais têm sido peça importante nesse processo em prol de uma educação de qualidade para o povo do campo e para jovens e adultos.

Os “Fóruns EJA” que ocorrem no Rio de Janeiro, por exemplo, representam um braço dessa ação, mantendo a “chama da luta acesa”, desde 1996, com a realização do primeiro fórum, que na ocasião foi realizado como pretexto de

preparação para a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos que aconteceria em Hamburgo, Alemanha, em Julho de 1997 (HISTÓRICO DOS FÓRUNS EJA, 2022).

Os Fóruns EJA que existem em cada estado e no Distrito Federal ajudam na organização do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), que ocorre anualmente e nele é escolhida a sede do próximo que pode ocorrer em qualquer lugar do Brasil. Em 2022, ocorreu o décimo sétimo ENEJA, de 4 a 7 de agosto, Florianópolis, SC, com o tema: “Educação, trabalho e capitalismo. Impactos, lutas e resistências na EJA, na Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha.

Em encontros como esses ocorrem diversas atividades, palestras, grupos de trabalhos, momento de organização de reivindicações relacionadas às demandas expostas por representantes dos fóruns regionais, entre outras ações. Esse compartilhar de realidades ajuda na compreensão de como tem sido o dilema dessa modalidade em todo o Brasil e possibilita a tomada de atitude de forma coletiva na busca por melhorias, usando este o alcance dos fóruns como um espaço de denúncia, principalmente às relacionadas ao descaso do poder público, além de discutir maneiras coletivas de realizar melhorias para a educação como um todo e na modalidade educacional em questão.

Ao propor encontros nacionais um dos objetivos principais é proporcionar o diálogo entre aqueles que conduzem o processo de ensino. Desse diálogo pode surgir a organização de um plano de ação por parte de todas e todos que estiveram presentes. Geralmente são definidas bandeiras de lutas a nível regional e nacional, para que em suas bases, ou seja, seus estados e distrito federal possam ser organizadas lutas de acordo com as demandas regionais e nacionais. Ações como essas ajudam a movimentar lutas que podem se tornar marcos na história na medida em que as reivindicações se concretizam e suas demandas entrem na agenda política do poder público, como já ocorreu em lutas do passado na conquista por direitos educacionais.

Os movimentos relacionados à Educação do Campo também datam desde o fim do século passado e ganharam força após a criação do Movimento Nacional da Educação do Campo, como chama Munarim (2008), entre os anos de 1996 e 2002, com sua consolidação após o primeiro Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), ocorrido no ano de 1997, (KOLING, NERY e MOLINA, 1999) que deu base a outros encontros que reuniram representantes de todo o Brasil, como por exemplo, o Seminário Nacional Por uma Educação do Campo em 2002 (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002).

Assim como o “Fórum EJA” existe também o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) que também marca a posição em relação às lutas dessa modalidade de ensino que vem sendo sucateada em meio a gestão do (des)governo atual. O fórum supracitado conta atualmente com o apoio de alguns movimentos, tais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que já apóia e estava desde a formação dos primeiros movimentos e encontros nacionais em defesa da Educação do Campo, Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), a Universidade de Brasília (UNB) e muitos outros espalhados pelo Brasil (FONC, 2022).

O que observamos nos avanços ocorridos na educação do campo no Brasil é fruto da resistência organizada das populações a certas situações de dominação, por meio das lutas deflagradas pelos movimentos sociais que, ao longo de décadas, provocam ações que pressionam os governos a implementar diretrizes, normas e orientações oriundas dos anseios e demandas dos trabalhadores do campo no cenário das políticas públicas. Esta organização tem se efetivado pelas práticas de formação política e educativa desenvolvidas no interior dos movimentos. Esses sujeitos atuam, observam, interpretam, reinterpretem e agem

conscientes em busca de seus direitos e intervenções na realidade cotidiana (OLIVEIRA; BICALHO, 2011, p.131).

Atualmente o mundo tenta se recuperar de um momento pandêmico provocado pela COVID 19 nos últimos dois anos. A educação como um todo sofre com grande retrocesso e defasagem no ensino. Essa realidade não é nova, pois a educação já apresentava dificuldades. A pandemia só nos expôs de forma radical como situação educacional e nas outras esferas, econômica, política do Brasil já estavam ruins (SANTOS, 2020). Estudantes da EJA e do Campo tiveram um impacto muito maior em relação a sua escolarização. Os jovens e adultos, por exemplo, foram reféns em situações delicadas de perda de emprego, enfrentando as filas gigantescas para sacar auxílios financeiros e sem recursos para acompanhar o ensino híbrido, adotado por muitas secretarias, municipais e estaduais, de educação.

A paralisação das aulas e a retomada delas por meio virtual não deu conta de abarcar as especificidades da Educação do Campo, que tem sua dinâmica voltada para a pedagogia da alternância (BICALHO, 2017), hora escola e hora trabalho, ações que não poderiam ser realizadas no período pandêmico. Santos (2020, p.15) ressalta que a quarentena “é sempre discriminatória”, isto é, funciona para alguns grupos sociais e expõe de maneira avassaladora a vulnerabilidade de grupos sociais menos favorecidos. Os alunos das modalidades em questão estão incluídos nesse grupo.

O que significa a quarentena para trabalhadores que ganham dia-a-dia para viver dia-a-dia? Arriscam desobedecer à quarentena para dar de comer a sua família? Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger as suas vidas e a vida destas? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção (SANTOS, 2020, p.17).

Refletir que nem durante o momento mais grave da pandemia, muito menos quando a população teve acesso à vacinação, foi amenizada os efeitos da crise sanitária no Brasil e no mundo, além de ações educativas eficazes voltadas para as camadas mais pobres. As medidas de ensino híbrido, com atividades remotas alcançaram um grupo social e excluiu brutalmente outros. Hoje nas escolas podemos observar o grave efeito que a pandemia trouxe, algo que já ocorria, mas que piorou, um exemplo é a evasão escolar (VENTURA, 2017), principalmente dos jovens e adultos, algo que já ocorria e que tem piorado a cada dia nas escolas de EJA.

Evasão escolar, fechamento de escolas que oferecem atendimento às modalidades de EJA e Educação do Campo já ocorriam antes do momento pandêmico, mas atualmente o cenário é aterrorizante. Políticas públicas precisam ser instauradas no resgate dessas modalidades, bem como na recuperação do que foi perdido. Chamadas públicas, buscas ativas, por parte das escolas, secretarias de educação, municipais e estaduais devem ser colocadas em prática para que a escola volte a ser um espaço de acolhimento e busca de aprendizado.

Não basta estabelecer apenas documentos e registros legais se estes não contemplarem as necessidades pertinentes às modalidades de ensino em questão. O reconhecimento delas é fundamental para que as lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais, alunos e alunas, professores e professoras como um todo, sejam validadas para que a educação ganhe reforços no que tange a melhoria e criação de um novo olhar para as diversidades presentes no território nacional. Reconhecer essas modalidades e valorizá-las é entender que a educação pode ser uma ferramenta poderosa na construção de uma sociedade mais igualitária.

A luta continua e está longe de parar. Cada matrícula deve ser comemorada, assim como cada diploma de licenciatura. Oportunidades de dialogar com professoras e professores devem ser planejadas, pois é no trocar, e no juntar

ideias que ganhamos forças e encontramos meios para que possamos caminhar na direção de uma nova lógica pedagógica, tal que cumpra o papel de trazer a educação como algo que promova a libertação da sociedade brasileira.

2. A importância da ação interdisciplinar na formação docente e discente pautada na realidade dos sujeitos da EJA e Educação do Campo

Quando se fala em interdisciplinaridade é comum acontecer algumas confusões acerca da nomenclatura com outras perspectivas como, por exemplo, a Multidisciplinaridade, Pluridisciplinaridade e a Transdisciplinaridade. O que esses termos têm em comum com a Inter é que em todas as visões ocorrem ações onde há alguma interação com disciplinas ou conteúdos delas. Tratar-se-á da Interdisciplinaridade, especificamente, a partir desse ponto.

Diferente da multi e pluridisciplinaridade, Fazenda (2008, 65) afirma que a interdisciplinaridade não é apenas um conceito, uma metodologia. Ela considera que essa perspectiva promove uma “atitude pedagógica”. É necessário que no âmbito da formação, seja docente ou discente, tal ação seja estimulada, para que a busca do saber seja algo que contribua integralmente para o indivíduo. A autora reitera que, ter uma “atitude interdisciplinar” é agir frente às dificuldades cotidianas, ou seja, é preciso uma “postura interdisciplinar que é uma atitude de busca, de inclusão, de acordo, e de harmonia diante da informação”.

O fenômeno da interdisciplinaridade como instrumento de resgate do ser humano com a síntese projeta-se no mundo todo. Mais importante que conceituar é refletir a respeito de atitudes que se constituem como interdisciplinares. A dificuldade na sua conceituação surge porque ela está pontuada de atitudes, e não simplesmente em um fazer. Entretanto, precisa ser bem compreendida para que não ocorram desvios na sua prática, o que me levou a refletir sobre as reivindicações que a geraram e sobre suas origens. Isto é um exercício fascinante, já que ela pavimentou o caminho para outra nova ordem de se pensar o ser humano, o mundo e as coisas do mundo; velhos caminhos há muito esquecidos foram reabertos e, além disso, permitiu rever conceitos e certezas cristalizadas na mente humana e viajar no tempo (FAZENDA, 2008, p. 66).

A formação de professores é algo que deve ser pensada e planejada de forma a abarcar o cotidiano. Observar os elementos do dia a dia escolar, tanto nos espaços escolares como no seu entorno é algo que pode contribuir positivamente para o trabalho docente. Saber de onde vêm os alunos, o que eles trazem para dentro da escola é algo importante para que tal conhecimento, em integração com o conteúdo pedagógico, contribua não só para que este aluno e aluna tenham bons rendimentos, mas, principalmente, possa usá-lo de forma que haja diferença na vida prática desses sujeitos (ARROYO, 2007).

Em geral, infere-se que, poucas vezes, nos espaços acadêmicos, a formação de professores, mesmo nos cursos de licenciatura, é pensada como prioridade. O ambiente das universidades cria uma atmosfera na qual a maioria dos graduandos pensa em dar continuidade aos seus estudos para se tornarem grandes pesquisadores, o que, na maioria das vezes, não ocorre com todos e todas. A sala de aula é o destino da maioria que consegue concluir uma licenciatura, é importante entender que atuar como professor é viver constantemente voltado para a realização de pesquisas, para a experimentação de novas ideias, conceitos, descobertas.

[...] a formação geral de qualidade dos alunos depende de uma formação de qualidade dos professores. Também nas reformas educativas dos vários países, os professores aparecem como agentes inovadores nos processos pedagógicos, curriculares e organizacionais. Já não são considerados apenas profissionais

que atuam em uma sala de aula, mas também membros integrantes de uma equipe docente, realizando tarefas com responsabilidade ampliada no conjunto das atividades escolares. Já não podem ser meros repassadores de informação, mas devem revelar-se investigadores atentos às peculiaridades individuais e socioculturais dos alunos e sensíveis às situações imprevisíveis do ensino, além de participantes ativos e reflexivos na equipe docente, discutindo no grupo suas concepções, práticas e experiências (LIBÂNEO, 2012, p.47).

Ter sensibilidade é um aspecto importante para o trabalho docente, uma vez que, ao se debruçar no que a turma responde em relação a suas ações, ele pode perceber como tem sido seu alcance ao propor alguns conteúdos, isto é, na própria relação professor-aluno. Essa relação é fundamental para que surja sintonia entre o sujeito que aprende e o que ensina. Esse tipo de processo só pode ser entendido na prática, pois é algo que faz parte do cotidiano escolar. Os estágios e programas de formação trazem parte dessa experiência para formandos que estão inseridos nesse contexto.

Ressignificar os conteúdos escolares, selecionando-os de forma que estes perpassem a realidade dos alunos, nos auxilia na formação crítica dos discentes, permite que o elemento pedagógico, ou seja, conteúdos atrelados a realidade dos sujeitos, se reflita na cultura popular e se transformem em atitudes políticas. Nesse sentido, ao atuar, principalmente, com jovens adultos e até mesmo com adolescentes do Ensino fundamental e Médio, faz-se necessário estabelecer essa dinâmica, na qual o estudante 'se veja' nos conteúdos que serão ministrados na escola. Ao se reconhecer, ele desenvolve a atitude política e a partir daí passa a ter uma nova desenvoltura na sociedade.

[...] é precisamente quando a pedagogia e a cultura popular se relacionam que surge a importante compreensão do significado de tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico. A cultura popular e a pedagogia representam importantes terrenos de luta cultural que oferece não apenas discursos subversivos, mas também relevantes elementos teóricos que possibilitam repensar a escolarização como uma viável e valiosa forma de política cultural (GIROUX; SIMON, 2009, p.97).

Um ambiente rico de formação é aquele onde há o planejamento participativo. Dessa forma, a escola deve propiciar esse tipo de oportunidade com a equipe pedagógica e, por que não, com os alunos e até mesmo membros da comunidade escolar. O projeto didático consiste em um tipo de organização e planejamento dos conteúdos e tempo que envolve uma situação-problema (GANDIN, 2011, p.40), isto é, o Projeto Político Pedagógico.

A participação significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola. Há dois sentidos de participação articulados entre si: a) a de caráter mais interno, como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo prática formativa, isto é, elemento pedagógico, curricular, organizacional; b) a de caráter mais externo, em que os profissionais da escola, alunos e pais compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão (LIBÂNEO, 2011, p. 329).

O objetivo principal de um projeto é articular propósitos didáticos (o que os estudantes devem aprender) e propósitos sociais (em que/como o projeto implica na construção de um produto), além de dar sentido mais amplo a aprendizagem (GADOTTI; ROMÃO, 2000; GANDIN, 2011). Assim, evitando a fragmentação dos conteúdos, ou seja, partindo de uma ação interdisciplinar (FAZENDA, 2008), e tornando os estudantes responsáveis por parte da sua aprendizagem.

Fica evidente, portanto, que o Projeto Político Pedagógico já tem em sua essência o fazer interdisciplinar, pois ele parte de um conceito que mais tarde, a partir da construção coletiva, da troca entre professor/a e aluno/a, escola e comunidade vai ampliar a visão das partes para o todo, isto é, o projeto pode propiciar a formação de uma grande teia

de conhecimento (MORIN, 2003), alimentada por todos os agentes envolvidos em um processo que vai conter conhecimentos formais (conteúdos) e informais (cotidiano). Relacionada a essa questão, a LDB nº 9.394/96 em seu artigo 1º, sinaliza que:

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, LDBEN, 1996).

Quando falamos em processos formativos, estamos nos referindo às ações que marcam os indivíduos. Tais ações nos formam na medida em que vamos vivendo e experimentando diferentes comportamentos, ideias, formas de fazer algo. São esses processos que atrelado aos conteúdos curriculares nos possibilitarão fazer reflexões sistemáticas e complexas e a partir da interação delas associar e acomodar aprendizados que são interdependentes.

Ao trabalhar um conteúdo, partindo da perspectiva de projetos, faz-se necessário estarmos sensíveis às possibilidades de confronto e de interação entre as disciplinas (GADOTTI; ROMÃO, 2000). É comum na escola tratarmos alguns conteúdos de forma isolada, essa prática não configura ação interdisciplinar, pois para que seja alcançada tal perspectiva, as disciplinas devem “conversar” e juntas, possibilitar o trabalho dos professores/as dentro do assunto escolhido, ou seja, de forma que cada um seja uma parte valorosa, integrada, na busca de soluções para os problemas que vão surgir no processo cotidiano, seja dentro ou fora do ambiente escolar.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade onde a perspectiva interdisciplinar se encaixa muito bem, visto a possibilidade de oportunidades para desenvolver atividades diversificadas e com impacto direto no cotidiano de quem aprende. Tal perspectiva nos abre precedente de vislumbrar conteúdos formais atrelados aos saberes do dia a dia do educando, isto é, a possibilidade de trabalhar na sala de aula com elementos comuns aos estudantes e usá-los como recursos pedagógicos.

Outra ferramenta que se atrelada à tomada de atitude interdisciplinar pode ser eficaz no desenvolvimento pedagógico com a EJA, assim como qualquer modalidade de ensino, é a ação dialógica (FREIRE, 1987). Tal processo se realiza a partir do diálogo planejado, isto é, o desenvolvimento de uma conversa que antes de iniciada, precisa ser pensada, elaborada com uma finalidade, para atingir um objetivo.

A ação dialógica é fundamental para desenvolver em sala de aula assuntos que possibilitem chegar mais próximo das necessidades que os estudantes tenham com a EJA se faz fundamental, pois nessa modalidade o cotidiano precisa estar dentro das salas de aula de modo que eles se reconheçam e tenham possibilidade de usar o que se aprende em seu dia a dia.

Desse modo quando atrelamos a ação dialógica e a interdisciplinaridade estamos buscando a articulação não só dos conteúdos, mas criando uma articulação entre o que se aprende e o que é colocado em prática pelos estudantes, além é claro, na inclusão dos elementos que eles trazem no processo dinâmico do cotidiano escolar/vida de todas e todos os envolvidos. Em outras palavras, Libâneo (2011) afirma que:

[...] devem-se conhecer os problemas, as estruturas da realidade, para não se satisfazer com atividades assistemáticas, mas agir sobre elas, a fim de solucionar os problemas detectados. A formulação de uma teoria educacional dá significado humano à tarefa de integrar os problemas e o conhecimento para a solução, e essa teoria pode indicar os objetos e os meios de uma atividade coletiva intencional (p. 230).

Conhecer os problemas é entender e identificar a realidade em que os estudantes estão inseridos. Nossos alunos e alunas nos trazem ferramentas para usarmos dentro de sala de aula, ou seja, eles trazem elementos do cotidiano que podemos trabalhar junto aos conteúdos ditos formais. Por que não usar a leitura e escrita como uso social, isto é, trazer uma conta de luz, por exemplo, para ser analisada como um tipo de texto em uma aula, que não precisa ser necessariamente de língua portuguesa?

Nessa mesma aula, por que não, extrair elementos da matemática, como por exemplo, a leitura de gráficos, a partir dos indicadores do consumo mensal? A conta de luz é uma ferramenta rica em conteúdos ditos formais. Os jovens e adultos conhecem esse objeto, mas será que dominam a leitura dele como um todo? É nesse sentido que a educação interdisciplinar pode ajudar jovens e adultos em seus processos formativos, isto é, na sua totalidade, seu espaço social (escola, casa, bairro, trabalho, crenças, e etc.) como parte integrante de seus saberes. É a partir dessa prática emancipadora (FREIRE, 1987) que a Educação do Campo busca desenvolver sua pedagogia, isto é:

A educação do campo compreende o trabalho como produção da vida, base necessária para pensar a relação sociedade-natureza. É nesta totalidade que a relação educação e trabalho ganha significado e se diferencia da perspectiva do capital. O trabalho não é entendido como ocupação ou emprego, como mercadoria que se denomina força de trabalho. Ele é compreendido como uma relação social que determina o modo humano de existência, que, além de responder pela reprodução física de cada um, envolve as dimensões da cultura, lazer, social e artística (CASTMAN; VIEIRA; RADKE, 2018, p.12).

Ao olhar através do prisma da Educação do Campo, podemos afirmar que uma das preocupações daqueles que atuam nela é em relação nas formas de pensar a construção do saber, isto é, não há aquisição de conhecimento, ou seja, produção dele sem seu desenvolvimento e ausência da interação com o território (CAMPOS; DE PAULA, OLIVEIRA, p.50, 2011), pois é a partir dele (território), também, que conseguimos entender “as demandas dos sujeitos sociais”, buscando valorizar aquilo que é trazido pra dentro do espaço escolar.

É comum na diversidade dos territórios urbanos e rurais, separarmos a vivência na escola da história de vida, memórias e identidades dos estudantes. Dessa forma, os estudantes acabam assimilando que o que há no interior da escola só tem importância dentro dela. Seus significados, suas produções não servem fora da unidade escolar, pois nada que o sujeito vive em seu mundo é visto dentro desse espaço. Essa realidade tem sido diferente do que ocorre nas escolas do campo que utilizam a pedagogia da alternância como proposta pedagógica.

Mais que quebrar ideologias hierárquicas acerca da população urbana e rural, a Educação do Campo traz a possibilidade da problematização interdisciplinar respaldada nas vivências dos estudantes, utilizando os elementos do dia a dia como pano de fundo do processo pedagógico, como afirma Bicalho (2017) a seguir:

[...] a pedagogia da alternância pode contribuir com a formação dos jovens da seguinte maneira: desenvolvendo a reflexão crítica, a responsabilidade individual e coletiva e fortalecendo as famílias do campo na tentativa de envolver os sujeitos na busca de um mundo mais solidário, justo, humano e ético (p. 214).

A partir das dimensões político-epistemológica, didático-curricular e da formação dos sujeitos educadores e educandos (CAMPOS; DE PAULA, OLIVEIRA, p. 54, 2011), é possível traçar meios para uma educação onde a experiência que cada um tem venha a ser somada e a partir dessa interação possibilitar outras experiências na busca do saber. Essa prática além de utilizar a realidade dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico, também valoriza a histó-

ria, isto é, tudo aquilo que, não só os estudantes, mas professores também trazem consigo. O respeito às diferenças e as diferentes formas de articular o saber são bem vindas e fazem parte da lógica humanizadora dessa perspectiva pedagógica.

Somos todos sujeitos de cultura e produtores de conhecimentos, sejam formais ou informais. O saber ancestral nos trouxe até aqui, todo o acúmulo de conhecimento das gerações nos formam e nos ajudam a construir novas formas de agir, seja em sociedade, individual ou coletivamente. O processo dialógico nos ajuda na articulação das informações, que por sua vez nos possibilitam transformar o mundo a nossa volta (OLIVEIRA; BICALHO, 2011). Ainda há muito que fazer para a realização de uma mudança significativa em nossas escolas por uma educação que faça sentido em nosso cotidiano. Para isso uma severa ressignificação dos valores atuais precisa ser feita.

3. Por uma Educação Libertadora como ferramenta de sobrevivência.

O Brasil atual enfrenta grandes problemas sociais, culturais e políticos. Nada muito novo, ao contrário, são os mesmos problemas de antes, mas agora, agravados pela crise sanitária mundial. A pandemia do novo corona vírus (Covid-19) expôs de forma acentuada os problemas já existentes na saúde e educação (SANTOS, 2020). Brandão (2010) já nos falava acerca das crises da racionalidade, da cientificidade epistemológica, dos momentos de “certezas abaladas” e é dessa forma que estamos vivendo, seja pessoas comuns, governantes, pobres e ricos, todos e todas denotam esse sentimento.

Laraia (2014, p.68) nos fala da herança cultural, isto é, “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais”, tudo é produto do que foi aprendido um dia. Essa forma de aprender é algo construído ao longo do tempo e sempre passa por uma reinvenção. Nesse sentido, é de extrema importância a ressignificação do processo educacional vigente.

A educação libertadora é uma proposta pedagógica que traz junto a ela a ideologia dialógica, ou seja, a forma como ela é conduzida, desde o estabelecimento de conteúdos, metodologias de ensino, prioriza o diálogo como fio condutor das ações, Freire (1987, p.40), nos afirma que a “educação como prática de liberdade”, ao contrário da vigente, voltada para o “afastamento do homem do mundo”, contribui para trazê-lo às relações conscientes entre ele mesmo e o que o cerca, isto é, propicia que os sujeitos se percebam no mundo e que estes só existem por causa dessa percepção e também das suas ações nele.

O que antes já existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas e, às vezes, nem sequer era percebido, se “destaca” e assume o caráter de problema, portanto, de desafio. A partir deste momento o “percebido destacado” já é objeto de “admiração” dos homens, e, como tal, de sua ação e de seu conhecimento. Enquanto, na concepção “bancária” – permita-se-nos a repetição insistente – o educador vai “enchendo” os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos, na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes parece, em suas relações com ele, não mais uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 1987, p.41).

A educação libertadora é aquela que nos desafia, nos confronta em relação ao processo de ensino e aprendizagem na escola e, em comparação, com o que temos em nosso cotidiano. Essa dicotomia presente nos espaços urbanos é algo que perde força quando nos voltamos para a Educação do Campo. As escolas urbanas, em sua maioria, obedecem

à lógica bancária, isto é, uma educação que pedagogicamente contribui para um processo mecânico onde o aluno é mero receptor de conteúdos e tudo o que vem de fora do espaço escolar deve permanecer fora dele (FREIRE, 1987).

É possível perceber isso a partir do momento da separação, quando ouvimos falas sobre o que é da escola e o que é do cotidiano, por exemplo, falas de que alguém só aprendeu determinado conteúdo para avançar no processo de escolarização, ou quando alguém afirma não entender o propósito de aprender conteúdos que nunca serão usados quando em seu cotidiano, após o período escolar. Falas como essas reforçam a ideia de que a escola e a vida são coisas que precisam estar separadas, quando na verdade deveria ocorrer o contrário.

Esse fato contribui para que muitas escolas que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, por exemplo, se tornarem verdadeiras fábricas de diplomas e também alvos da correção de fluxo contribuindo para o processo de juvenização da EJA (LEMOS, 2017). Além disso, outro problema que ocorre hoje em nossas escolas é a aprovação de alunos e alunas analfabetos funcionais que mal sabem escrever e ler o próprio nome, ação que mostra total descaso com às necessidades reais da população que já está e/ou que deseja retornar às escolas (ARROYO, 2007).

Na atual crise de paradigmas, em que tudo está sendo reavaliado, as concepções acerca da educação precisam ser revistas. Trazer a educação libertadora como proposta pedagógica é um ato de reivindicação aos direitos daqueles que lutam por uma educação de qualidade e gratuita. É necessário que sejam pensadas e realizadas ações para que a educação venha de encontro com aquilo que temos em nosso dia a dia, problematizações reais que nos auxiliem na vida prática, para que a aquisição de conhecimentos não seja mera reprodução de conteúdos isolados e desconectados da vivência dos estudantes.

Ter a educação como ferramenta para sobrevivência parte da ideia de ensino compartilhado, isto é, uma educação onde não haja separação entre a vida cotidiana e vida escolar. A escola é um espaço institucional que prepara ou deveria preparar a quem a ela recorre para a vida social. O que ocorre é que dentro desse espaço somos condicionados a ser diferentes do que somos em nosso dia a dia, junto com nossa família, em nosso trabalho diário. Oliveira e Bicalho (2011) nos ajudam na compreensão de que:

[...] o homem e a mulher do campo são portadores de culturas e saberes tão relevantes quanto aos dos moradores da cidade. Os educadores devem identificar a base do processo educativo na formação da consciência e no estabelecimento de relações dialógicas com os sujeitos que ensinam e aprendem, interligando seus conhecimentos com os da sociedade que se conserva e ao mesmo tempo se transforma (p.130).

A formação de quem ensina deve ser feita nos moldes libertadores. Não adianta pensar em uma nova educação forjando-a dentro dos métodos atuais. É preciso oferecer diferentes possibilidades de ensino e experiências aos futuros docentes, de modo que eles tenham, durante o período nas universidades, oportunidades e momentos que os ajudem na quebra da ideologia de educação que existe no Brasil. “Acredita-se que o processo de formação crítica e consciente do educador permanece em constante aperfeiçoamento. Essa formação não pode ser encarada apenas como mera aptidão e aquisição de conhecimentos técnicos (OLIVEIRA; BICALHO, 2011, p.130).

Nesse tempo cheio de incertezas é importante “aprender, reaprender constantemente, lançar a flecha para que o arco não desaprenda a vibrar. Aprender, reaprender, nesta constante formação do homem, educação (GARCIA, 2010, p.64). Esta afirmação nos remete ao processo dialógico de Freire (1987) e também o processo pedagógico de alternância, onde professor aprende, aluno aprende, professor com aluno e aluno com professor trocam saberes e juntos se for-

mam no processo cotidiano e no compartilhar de aprendizados que cada um detém e passa para o outro. Esse movimento pedagógico também propicia a prática interdisciplinar, isto é, se realiza sob aspectos interdisciplinares, tudo isso a partir do “trabalho integrado (CAMPOS; DE PAULA; OLIVEIRA, 2011).

Este é um dos mecanismos utilizados para garantir a interdisciplinaridade e a educação contextualizada na formação de professores, no “tempo comunidade”, os educandos aprofundam a pesquisa e realizam atividades de intervenção em suas localidades e nas escolas (extensão). A própria dinâmica da sua alternância já proporciona novas formas de tempos e espaços educativos [...] (p. 54)

A sobrevivência de um povo, grupo social também tem a ver com o que se aprende. Freire (1989, p.7) nos fala que a “leitura do mundo antecede a leitura da palavra”, ou seja, antes de entrarmos nos espaços formais de ensino, trazemos conosco aprendizados, vivências e experiências que já nos deram base para agir no mundo a nossa volta. O trabalhador formal e informal, a dona de casa, jovens e crianças antes de entrarem nas escolas já sabem parte da dinâmica do mundo (ARROYO, 2007). O ideal seria ter a vivência trazida pelos alunos e alunas como algo valioso no processo de escolarização.

Seja na EJA ou na Educação do Campo, a educação como prática de sobrevivência antes de tudo é aquela que viabiliza meios para que aqueles que a buscam tenham formas de agir com autonomia em seu dia a dia. Sentindo-se parte do processo social como um agente de transformação no meio em que está. Ao sentir-se parte de algo os sujeitos se complementam em um processo de interdependência, que, segundo Soares e Oliveira (2010, p.30), “a noção de interdependência supõe unidade de identidades que podem aparentar igualdade ou mesmo complementaridade”.

A educação vigente forma professores e professoras especialistas e promove a competição dentro das próprias especialidades e presas nelas, sem o diálogo ou articulação com diferentes ideias, nem com o espaço a sua volta, o que e como aprendemos continua sendo apenas partes isoladas de um todo que não interage. A formação docente precisa estar pautada em formas integradoras do saber, do contrário continuará existindo em escolas não educadoras, mas repetidores de um método antigo e que visa alienação e estagnação de quem aprende.

Nessa perspectiva, os processos de formação dos futuros profissionais para atender às demandas de um novo modo de pensar a relação com o ambiente e a natureza estão a exigir um novo pensar e novas metodologias e práticas capazes de lhes permitir um olhar diferenciado sobre a realidade, abarcando os matizes e as ricas tramas que a diversidade apresenta. É certamente um desafio em busca de possibilidades de ação (SOARES; OLIVEIRA, 2010, p.33).

Arelado a práticas interdisciplinares, relação dialógica entre sujeitos envolvidos no processo de escolarização dentro e/ou fora do espaço escolar, articulação entre vida e escola, é possível vislumbrar a perspectiva de um futuro pedagógico em que a educação estará a serviço de quem a ela recorrer. Não pode haver vida escolar separada de vida social, cultural, é importante que uma educação real venha à existência e isso tem potencial para ocorrer na medida em que repensarmos nossa posição em relação ao problema educacional vigente.

A formação de professores e professoras precisa ser modificada de forma que oportunidade de criação de espaços pedagógicos alternativos seja fomentado. Há tempos existem em algumas universidades programas, grupos, núcleos de pesquisas que pretendem trazer novas formas de pensar esse processo formativo de modo que seja possível alcançar um objetivo pedagógico que chegue próximo do ideal da alternância, para uma educação libertadora.

Infelizmente tais projetos são vistos com menos prestígio por uma parte elitista no meio acadêmico, mediante o processo de hierarquia que ocorre em todos os âmbitos da nossa sociedade doente. A luta é de todos e todas que tem compromisso com uma educação para o povo. É preciso uma educação que valorize a diferença e que tenha ela como base para problematização dos conteúdos, algo que vai na contramão do movimento de homogeneização a que somos submetidos.

De acordo com Oliveira e Campos, “a alternância implica um estudo, em tempos e espaços escolares e comunitários, que se institucionaliza como atividade objetiva por relações intersubjetivas de homens e mulheres em luta pela educação problematizadora para o campo (2012, p.75). Dentro de tudo que já foi abordado pode-se acrescer à ideia supracitada, a luta pela educação popular como um todo, a EJA, por exemplo, pois a partir de tudo que foi abordado até aqui, a alternância poderia se encaixar perfeitamente às realidades das modalidades de ensino em geral.

Há muito que aprender e a discutir sobre as práticas pedagógicas que existem e as que estão por vir, mas é um fato de que as perspectivas presentes na Educação do Campo têm um potencial gigantesco de democratização, ressignificação da realidade e “contribuição para ampliação da compreensão dos sujeitos acerca da realidade e para o avanço em propostas pensadas a partir de experiências identitárias, sem que sejam tomadas de forma essencialista, linear ou fixa” (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p. 75).

Há um caminho possível para tornar a educação pública, gratuita de qualidade em realidade, além da disposição dos professores e professoras, junto às equipes pedagógicas, há a parte a ser cumprida pelo poder público na articulação junto às reivindicações daqueles que lutam por uma educação diferenciada, pautada na vivência daqueles que buscam a escola como um lugar de melhoria de qualidade de vida e mudança da realidade vigente. Viva a Educação Popular libertadora!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo são modalidades interdependentes, isto é, fazem parte do braço que compõe a educação popular, pois lida diretamente com os povos das classes populares que geralmente estão à margem da sociedade. Apoiar a luta pelo reconhecimento delas é tomar posição frente a um problema social que depende da movimentação dos governantes em prol de assistências que vão desde o acesso e permanência de estudantes que buscam as modalidades, desde o pleno funcionamento delas, bem como a formação inicial e continuada dos docentes envolvidos com elas.

A resistência dos atores que compõem os cenários supracitados pode ser visto a partir dos assuntos discutidos dentro das organizações sociais e em seus espaços de encontros e lutas, como por exemplo, os fóruns e encontros, nacionais e regionais, de professoras e professores, estudantes, representantes dos movimentos sociais de EJA e de Educação do Campo. Há muito que avançar e reconquistar na esfera das políticas públicas, uma vez que a transferência de poderes e encerramento de programas importantes para o fomento dessas modalidades tem contribuído severamente com o sucateamento delas.

A retomada das atividades escolares, após o momento mais acirrado da pandemia, nos mostrou como os problemas acerca da educação se acentuaram. Enfatizamos a importância de se pensar em uma renovação das práticas educacionais, uma vez que estamos passando por uma revisão de paradigmas em todos os âmbitos, seja educacional,

econômico e/ou político. Não podemos deixar de registrar que nesse período de paralisação das atividades em consequência da pandemia, os estudantes matriculados nessas modalidades foram os mais prejudicados, uma vez que os jovens e adultos, sejam do campo ou da cidade, são os que menos tiveram disponibilidade e/ou acesso a tecnologias que pudessem viabilizar a prática de aprendizagem, isto é, tiveram um distanciamento profundo do espaço escolar e tiveram seu desenvolvimento comprometido por inúmeras intempéries.

Desenvolver formas educacionais que possam contribuir para o despertar da visão de mundo tanto de docentes quanto de discentes é algo que precisa se tornar uma prática e, principalmente, um objetivo daquelas e daqueles envolvidos com a educação como um todo. Ter uma educação que contribua para o desenvolvimento crítico e para a humanização de quem forma e é formado pode promover a mudança social, pois, o processo de tomada de consciência do mundo é, sem dúvida, algo que muda a projeção dos sujeitos em relação as atitudes dentro das várias realidades existentes.

Oportunizar uma formação que possibilite a auto reflexão e o diálogo com os pares é algo que pode auxiliar na criação de formas mais humanas de se pensar e agir em sociedade. A partir das diferentes vivências e experiências é possível extrair elementos para serem usados junto aos conteúdos presentes nos currículos, dando sentido e funcionalidade ao que se aprende e “quebrando” gradativamente a barreira entre vida cotidiana e o espaço escolar, agregando teoria à prática cotidiana. Trazer essa prática para dentro das salas de aula pode ser possível a partir da perspectiva interdisciplinar que reúne conhecimentos diversos, incluindo aquilo que é trazido pelas alunas e alunos para dentro do espaço escolar.

A formação docente é algo que precisa acompanhar a dinâmica da mudança de paradigmas, uma vez que não adianta pensar em uma educação diferente da vigente, se as professoras e professores estão sendo formados nos moldes sistemáticos limitantes. É preciso agir para que a formação das professoras e professores tenha como pano de fundo principal a construção de um projeto educacional que busque a emancipação dele quanto docente, isto é, aberto a novas práticas, disposto a entrar nos assuntos cotidianos, entendendo as dinâmicas de desigualdade social e como isso afeta o rendimento das e dos estudantes e o principal, desenvolver formas de abrir os currículos, a partir de uma intervenção interdisciplinar atrelada a ação dialógica, para que seja possível inserir as problemáticas vividos pelas alunas e alunos presentes nos espaços escolares.

A ação dialógica é uma prática importante na construção de um ambiente participativo, onde todas e todos podem expor suas ideias de forma horizontal. A partir do diálogo são expostas as problemáticas e em coletividade é possível pensar formas de resolver as situações do cotidiano. Pensando nessas formas de resoluções podemos identificar quais conteúdos do currículo podem nos auxiliar para sanarmos os problemas expostos, oriundos do cotidiano fora da escola. Essa ação permite um aprendizado funcional, isto é, permite a construção do saber de maneira que a realidade penetra o ambiente escolar e a partir do uso desses saberes institucionalizados, pode-se elaborar um planejamento que atenda as necessidades dos estudantes, possibilitando a professora e o professor fazer a imersão na pluralidade de saberes e necessidades que os alunos e alunas trazem, aproveitando essa complexidade no desenvolvimento de aulas mais reais.

Mais do que pensar a escola como lugar de aprender conteúdos, precisamos pensar nela como um ambiente que se constrói possibilidades de vida. A Educação Libertadora é, sem dúvida, uma perspectiva que ajuda os sujeitos a verem o mundo e por consequência se perceber nele. É se percebendo como parte integrante do mundo que passamos a

nos apropriar com protagonismo dos direitos sociais, políticos, econômicos e históricos e assim podemos conseguir transformar a nossa realidade e daqueles que vivem a nossa volta.

A partir da Educação Libertadora conseguimos derrubar crenças limitantes impostas pela cultura bancária a que fomos condicionados a partir do processo mecânico de educação é com a ação dialógica que seremos capazes de estabelecer momentos de debates na busca da compreensão das realidades a que alunas e alunos estão inseridos e juntos, em coletividade, temos a possibilidade de fazer com que o tempo escola seja um momento em que seja possível a emancipação de todas e todos os envolvidos no processo de ensino aprendido, utilizando os saberes do cotidiano junto aos conteúdos curriculares na vida diária dos estudantes, para que estes possam usá-los como ferramentas de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. C.. **A Construção da Identidade: o eu e o nós na educação popular e no desenvolvimento local.** In: IV Encontro Intern. do Fórum Paulo Freire: caminhando p uma cidadania multicultural, 2004, Porto - Portugal. Anais do IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire de Portugal, 2004.

ARROYO, Miguel. **Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?** . REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, nº 0, p.1-108, agosto, 2007.

BICALHO, Ramofly. **História da Educação do Campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais.** Teias v. 18, n. 51, 2017.

BRANDÃO, Zaia, (org.). **A crise dos paradigmas e a educação.** 11ª ed. – São Paulo: Cortez – Coleção questões da nossa época; v. 21. 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **PARECER CNE/CEB Nº: 6/2020.** Alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade. Relatora Suely Melo de Castro Menezes, nº 23000.023516/2019-46. Aprovdo em 10 de Dezembro de 2020, Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=168151-pceb006-20&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192 acesso em Dez. de 2021.

CAMPOS, Marília; DE PAULA, Alexandro Soares; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. **Dimensões múltiplas da formação de educadores do campo: percursos da construção da licenciatura na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro** (p.46-62). In: BERENBLUM, Andrea; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de Oliveira. Educação Diálogos do Cotidiano. Outras Letras, Rio de Janeiro, 2011.

CASTAMAN, Ana Sara; VIEIRA, Josimar Aparecido; RADKE, Cristiane Longaray. **O contexto atual da educação do campo: o que dizem as pesquisas realizadas.** Criar Educação, Criciúma, v. 7, nº1, jan/jul 2018.– PPGE – UNESC

FAZENDA, Ivani. **O que é Interdisciplinaridade?** SP, Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.), **Autonomia da Escola: princípios e propostas.** 3ª. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. 18. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GARCIA, Pedro Benjamim. **Paradigmas em crise e a Educação** (p.61-69). In: BRANDÃO, Zaia, (org.). A crise dos paradigmas e a educação. 11ª ed. – São Paulo: Cortez – Coleção questões da nossa época; v. 21. 2010.

GIROUX, H. A.; SIMON, R. **Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular**, In: Moreira, A. F. B.; SILVA, T. T. da, (org.), Currículo, cultura e Sociedade, São Paulo: Cortez, 2009.

Histórico dos Fóruns de EJA. Fóruns EJA Brasil, Copyright © 2022. Disponível em: < <http://forumeja.org.br/>>. Acesso em: maio de 2022.

KOLLING, Edgard Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete; (Orgs.) **Coleção por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**, vol.4, 2002.

KOLLING, Edgard Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna; (Orgs.) **Coleção por Uma Educação Básica do campo: Memória**, vol.1, 1999.

LARAIÁ, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, Zahar, 1986, 26ª reimpressão, 2014.

LEMOS, Amanda Guerra. “Despeja na EJA”: **Reflexões acerca da migração perversa de Jovens e adultos para o PEJA no Município do Rio de Janeiro**. Orientador: Luiz Carlos Gil Esteves. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2017. Disponível em <http://www.repositoriobc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/13019/Disserta%20a7%20a3o%20PPGEdu%20Amanda%20Guerra%20de%20Lemos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 18/12/2020.

LIBÂNIO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas e organização**, 10ª ed. – SP, Cortez, 2011.

LUTHER, Alessandra; GERTHARDT, Tatiana Engel. **Educação obrigatória, êxodo rural e fechamento das Escolas do Campo no Brasil**. Revista Saberes da Amazônia, Revista de Ciências Jurídicas, Sociais e Humanas. Nº 7, vol. 3, Porto Velho, revista semestral, Jul-Dez, 2018, p. 01-310.

MORIN, Edgar. 1921, **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**; tradução Eloá Jacobina. - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MUNARIM, Antônio. **Trajatória do movimento nacional de educação do campo no Brasil**. Revista do centro de Educação, vol 33, num. 1, enero-abril, p.57-72, 2008.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; BICALHO, Ramofly dos Santos. **Educação do Campo e atores político-institucionais: construindo novos processos identitários na universidade?** (p.123-162). In: BERENBLUM, Andrea; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de Oliveira. Educação Diálogos do Cotidiano. Outras Letras, Rio de Janeiro, 2011.

_____; CAMPOS, Marília Lopes. **Pedagogia da Alternância: organicidade curricular diante dos desafios da Educação do Campo** (p.71-85). In: OTRANTO, Célia; FAZOLO, Eliane; GOUVÊA, Fernando (orgs.). Muito além do jardim: educação e formação nos mundos rurais. Seropédica, RJ: EDUR, 2012.

PARECER Nº:36/2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>, acesso em Dez. de 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, S.A., abril de 2020.

SERRA, E. et al. **Interrogando o direito à educação: oferta e demanda por Educação de Jovens e Adultos no estado do Rio de Janeiro.** *Crítica Educativa*, Sorocaba, v. 3, p. 25-41, 2018.

SOARES, Ana Maria Dantas; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de Oliveira. **Educação, formação profissional e perspectiva de desenvolvimento: os desafios para a construção de redes socioambientais** (p.17-41). In: SOARES, Ana Maria Dantas; DE PAULA, Lucília Augusta Lino (orgs). *Educação, pesquisa e extensão: confluências interdisciplinares*. Rio de Janeiro, Quartet, 2010.

VENTURA, Jaqueline. **Direito à EJA em risco: uma análise da situação da educação de jovens e adultos de nível médio no estado do Rio de Janeiro.** In: RUMMERT, Sonia Maria (Org.) *Educação de jovens e adultos trabalhadores: história, lutas e direito em risco*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. P. 93-122.